

Os cortes que Sayad vai propor ao governo

Na reunião que terá hoje com o presidente José Sarney e o ministro Francisco Dornelles, o titular da Seplan, João Sayad, vai propor uma redução de Cr\$ 38 trilhões no déficit público. Para chegar a esse valor ele deve sugerir cortes de Cr\$ 12 trilhões no orçamento das empresas estatais e de Cr\$ 11 trilhões nas despesas da Previdência Social, com os subsídios ao trigo, ao álcool e com os incentivos fiscais. Além disso, ele prevê que se pode conseguir cerca de Cr\$ 15 trilhões com a antecipação da arrecadação de impostos.

— Não é corte, trata-se de uma freada para arrumação — afirmou Sayad, antes de viajar ontem à tarde para São Paulo, explicando a contenção de Cr\$ 4,435 trilhões nas despesas previstas em várias rubricas do orçamento da União para 1985.

Sayad negou que esta "freada" reduzirá as verbas — de Cr\$ 12,9 trilhões — para o programa de prioridades sociais deste ano. Depois, o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), órgão do Ministério do Planejamento, Jo-

sé Teófilo, informou que os Cr\$ 4,435 trilhões serão remanejados para o pagamento do funcionalismo público, que a partir de julho terá um aumento salarial de 89,2%.

José Teófilo, contudo, concordou que o corte atingiu programas sociais do governo, entre eles a erradicação da malária e da doença de Chagas, assistência a menores carentes, abastecimento e o tratamento de água, melhoria de habitações, trens urbanos, produção de medicamentos para a população de baixa renda, treinamento de mão-de-obra, ensino de 1o. e 2o. graus, manutenção de hospitais, centros psiquiátricos etc.

O secretário de Orçamento e Finanças disse que foram os ministros, incluindo o da Educação, da Previdência, da Saúde e dos Transportes que propuseram os itens em que poderia incidir o corte de 25%, entendendo que os recursos obtidos com esta seleção seriam necessários para a complementação da folha salarial de seus funcionários. A Secretaria de Orçamento e Finanças estima que, com o reajuste, o pagamento do servidor público

exigirá Cr\$ 4,5 trilhões no próximo mês.

No entendimento de Teófilo, as vantagens e reclassificação de cargos concedidas no final do governo anterior "desarticularam" completamente o orçamento fiscal da União de 1985. O próprio ex-presidente João Figueiredo chegou a prever as dificuldades, quando em 31 de dezembro de 1984, dois meses e 15 dias antes de deixar o cargo, baixou o Decreto-Lei nº 2.212 estabelecendo um corte de 10% sobre dezenas de rubricas orçamentárias, para que os recursos delas subtraídos fossem remanejados para o pagamento da folha salarial, amortizações e juros da dívida interna e externa da administração direta.

Logo após tomar posse, Sarney baixou o Decreto-Lei nº 2.276 acrescentando 15% àquele percentual, com as mesmas finalidades definidas pelo ex-presidente Figueiredo. Já que a contenção de despesas atingiu seriamente programas sociais, José Teófilo deixou entender que, no futuro, poderá abrir créditos suplementares caso alguns programas sejam inviabilizados.